

ASSUNTO

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS - 2013

A Assembleia Municipal de Amarante, reunida em sessão ORDINÁRIA realizada em 30 de ABRIL de 2014, deliberou aprovar por Unanimidade, o ponto número 2 da Ordem de Trabalhos, acima descrito em assunto, com a seguinte votação:

VOTOS A FAVOR 41; ABSTENÇÕES 4; VOTOS CONTRA 0
No acto da votação estavam presentes 45 elementos dos Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal.

Justificaram o seu voto os senhores:

_____ / _____ /

Esta Minuta produzirá efeitos imediatos, e foi aprovada na data acima mencionada por UNANIMIDADE.

Amarante/Assembleia Municipal, 30 de ABRIL de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL José Luís Ferreira

O PRIMEIRO SECRETÁRIO José Luís Ferreira

O SEGUNDO SECRETÁRIO Jana Filipe Leixas Magalhães



CÂMARA MUNICIPAL DE AMARANTE

Deliberação n.º 337/2014

Reunião de 17/04/2014

Nº 01 DA ORDEM DE TRABALHOS

Deliberado,

EXTRA AGENDA

(O Presidente da Câmara)

ASSUNTO:- PRESIDÊNCIA E VEREAÇÃO – “Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2013 e inventário”.

DELIBERAÇÃO:

Postos os documentos a votação, a Câmara, por maioria, delibera:

- a) Submeter, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea i), do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e alterações subsequentes, os documentos de prestação de contas relativos ao ano financeiro de 2013 e Inventário dos bens à aprovação da Assembleia Municipal.
- b) Propor ao Órgão Deliberativo, nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e alterações subsequentes), que o montante relativo ao resultado líquido do exercício, de 1.182.003,10 euros, seja aplicado da seguinte forma:
 - 5% para a conta 571 – Reservas legais: 59.100,15 euros;
 - o restante para a conta 51 – Património: 1.122.902,95

Absteve-se o Senhor Vereador Amadeu de Magalhães.

Para efeitos imediatos.

Aprovado por unanimidade

Aprovado por maioria

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Relatório de Gestão, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, cumprindo o preceituado no ponto 13 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade Local), reflete a Execução do Orçamento do Município de Amarante para 2013.

Este Relatório materializa objetivamente os resultados da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, nomeadamente do Plano Plurianual de Investimentos, bem como as alterações patrimoniais e os resultados económicos obtidos.

O ano económico que ora se leva à aprovação dos Órgãos do Município teve a particularidade de ter coincidido em ano de eleições gerais para os órgãos do município, em que a gestão foi marcada por executivos distintos.

O ano financeiro de 2013 em termos de resultados, quer orçamentais, quer patrimoniais, em contraciclo com a economia nacional, é manifestamente positivo.

O nosso propósito caminha no sentido de uma gestão prudente, equilibrada e de acordo com os recursos financeiros disponíveis, aliás cada vez mais escassos, sem prejuízo de honrarmos atempadamente os nossos compromissos, por isso, não temos dificuldade em conviver com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

A execução dos Documentos Previsionais de 2013 cumpre, além do mais, o Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, o qual estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Assim, por estarmos perante um exercício da atividade municipal marcada por uma gestão responsável, transparente e séria, como aliás se espelha no relatório infra, entendo que devem ser votados favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas de 2013.

Paços do Município de Amarante, 14 de abril de 2014.

O Presidente da Câmara,

José Luís Gaspar Jorge

Município de Amarante
Telefone: +351 255 420200
Fax: +351 255 420 201
Endereço Internet: <http://www.cm-amarante.pt>
Endereço email: geral@cm-amarante.pt

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013

1. INTRODUÇÃO

O relatório que ora se apresenta resulta das disposições constantes da alínea b), n.º 1 do artigo 3.º e n.º 1 do artigo 47 da Lei das Finanças Locais¹ e ponto 13 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais = POCAL).

Com ele pretende-se fazer uma análise das vertentes orçamental e patrimonial das contas do Município de Amarante relativas ao ano financeiro de 2013 e, bem assim, da sua evolução face aos últimos exercícios económicos.

Nestes termos,

Enumeram-se algumas das ações e projetos realizados durante o ano findo:

As Funções Sociais absorveram 59% da despesa efetuada, sendo de destacar:

- Educação:

Obteve uma taxa de execução de 60%, o que equivale a um **investimento de 3.069.325 euros**, donde se destacam:

- Início das obras de construção do Centro Escolar de Travanca;
- Ações no âmbito do Programa da Fruta Escolar;
- Apoio à instalação e funcionamento das cantinas, incluindo aquisição de equipamentos;
- Por recurso a administração direta efetuaram-se diversos trabalhos de reparação e montagem de mobiliário e equipamento em diversas escolas e pré-primários;
- Manutenção da autonomia financeira dos pré-escolares e escolas do 1º ciclo, dotando-as de verbas próprias para o desenvolvimento das suas atividades pedagógicas;
- Aquisição de material didático, combustível para aquecimento e pequenas reparações para o ensino pré-escolar.

- Habitação:

- Concessão de subsídios ao arrendamento para famílias de reduzidos rendimentos, tendo sido elaborados e apoiados 99 agregados familiares.

¹ Aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e alterações subsequentes e revogada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro cuja entrada em vigor foi diferida a 1/1/2014

- Acção Social:

- Programa de Apoio ao Voluntariado Municipal, com apoio a 102 jovens universitários.

- Ordenamento do Território:

- Requalificação do Lavadouro Público de Covelo do Monte e respetiva envolvente;
- Construção do Parque de Estacionamento (1ª fase) na Madalena;
- Arranjo urbanístico do Largo de Agração e da Travessa do Sardão de Baixo em Telões;
- Execução de infra-estruturas do plano da margem direita (Baseira) – Arruamentos entre os lotes 70 a 73 e 54 e infra-estruturas provisórias complementares em Amarante (S. Gonçalo);
- Aquisição de soluções cartográficas e de deteção remota;
- Arranjo de passeios e espaços públicos e de lazer.

- Cultura:

- Aquisição do Espólio Teixeira de Pascoaes;
- Realização do Prémio Amadeo de Souza-Cardoso;
- Realização do Prémio de Jornalismo Literário Luso Galaico Teixeira de Pascoaes e Vicente Risco;
- Prossecução da vasta e variada atividade cultural, com destaque para o protocolo celebrado com a Orquestra do Norte, na área da música;
- Execução do projeto de *Recuperação do Cine-Teatro de Amarante*;
- Realização de exposições temporárias e atividades educativas;
- Aquisição de fundos documentais;
- Aquisição de obras de arte e de restauro.

- Desporto, Juventude, recreio e lazer:

- Início das obras de requalificação dos campos de treinos do Estádio Municipal de Amarante;
- Substituição do relvado do campo nº.2 do Complexo Desportivo da Costa Grande;
- Projeto de reabilitação das Piscinas Municipais de Amarante;
- Aquisição de mobiliário e equipamento para as instalações desportivas municipais.
- Festival SOM D'OS DIABOS;
- Construção de Balneários para apoio ao polidesportivo e posto de cantoneiros em Ataíde;
- Construção de polidesportivo em Pidre, Mancelos;

- Comparticipação no programa Preocupa-te;
- Universidade Júnior em parceria com a Universidade do Porto;
- Diversas atividades no âmbito do ensino e apoio das atividades desportivas.

As Funções Económicas absorveram 14% do total das despesas e são de destacar as seguintes ações:

- No domínio da rede viária:

- Repavimentação da EM 722 entre a ex. N.312 e a Burgada. Amarante (S.Gonçalo);
- Pavimentação da rua N. Sr^a da Graça. Vila Caiz;
- Início dos trabalhos de repavimentação das ruas Dr. Manuel Monterroso, Poeta Alfredo Brochado, Acácio Lino, Arqueólogo José Pinho, Alto das Murtas, Ilídio Sardoeira, Mota Alves; Pracetas Arqueólogo José Pinho e Albano Sardoeira e Travessa das Murtas. Madalena;
- Alargamento e pavimentação da Travessa das Telheiras. Aboim;
- Alargamento e Pavimentação da Via de S. Tiago, desde o cemitério à igreja. Figueiró (Santiago);
- Requalificação da Av. General Vitorino Laranjeiro, rua Capitão Barros Basto e rua da Baseira. Amarante (S.Gonçalo);
- Reconstrução da ponte no Lugar do Carvoal. Telões;
- Beneficiação e requalificação da rua da Escola, rua da Cavaleira e rua de Quartas. Padronelo;
- Repavimentação da EM 101-5 entre o Lugar do Coveiro e o limite do concelho. Gouveia (S. Simão);
- Alargamento e pavimentação da rua Frade Martinho (Igreja/Santinha). Figueiró Sta Cristina;
- Reconstrução da ponte sobre o Ribeiro de Murgido. Candemil/Ansiães;
- Reparação de vias municipais – loteamento da Devesa – Amarante (S. Gonçalo); Urbanização de Geraldes, Cepelos; Estrada Municipal 565-1 – Figueiró Sta Cristina e Estrada Municipal 708, em Travanca; Estrada Municipal 704, em Freixo; Caminho Municipal 1206 em Gatão e Estrada Municipal 750, em Rebordelo.

- No domínio do Turismo:

- Rota do Românico;
- Recuperação e requalificação do Apeadeiro de Gatão e envolvente;
- Edição de material de divulgação e promoção turística.

As **Outras Funções** absorveram 17% da despesa total destacando-se aqui, em abono do Princípio da Subsidiariedade, os protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia e associações municipais.

As **Funções Gerais** absorveram 10% do total das despesas, com relevo para a aquisição de diverso equipamento para modernização administrativa (renovação do parque informático) e funcionamento dos serviços.

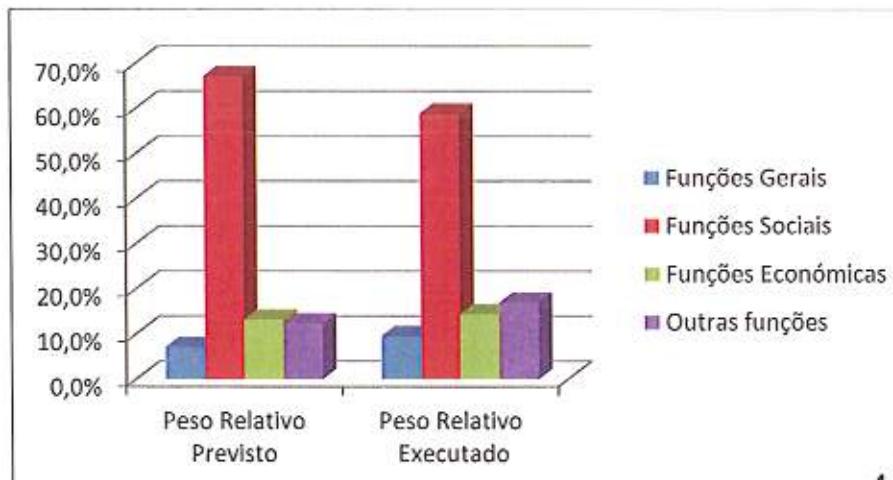
2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

No ano de 2013, e em termos orçamentais, a execução financeira foi de 78%, a execução em termos físicos foi de 79% e de 86% em termos de lançamento de obras.

Todavia, tendo em conta o programa do Executivo para 2013, apesar dos desvios financeiros em termos absolutos, as grandes opções do plano para 2013 foram conseguidas pois constata-se que, em termos relativos, os valores obtidos foram sensivelmente iguais aos propostos.

Quadro nº.1
Execução Orçamental das GOP's por Funções

Destino	Peso Relativo Previsto	Peso Relativo Executado
Funções Gerais	7,1%	9,5%
Funções Sociais	67,3%	59,0%
Funções Económicas	13,2%	14,5%
Outras funções	12,4%	17,0%



No quadro seguinte, pode-se observar a estrutura e execução das Grandes Opções do Plano (GOP's):

Quadro nº.2
Estrutura e execução das GOP'S

Objetivo Programa	Descrição	Montante Previsto	Montante Executado	Execução Financeira Anual %
1.	FUNÇÕES GERAIS	1.818.162,00	1.399.290,39	76,96%
1.1.0.	Serviços Gerais da Administração Pública	1.346.162,00	988.035,37	73,40%
1.1.1.	Administração Geral	1.346.162,00	988.035,37	73,40%
1.2.0.	Segurança e Ordem Públicas	472.000,00	411.255,02	87,13%
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	472.000,00	411.255,02	87,13%
1.2.2.	Poícia Municipal	0,00	0,00	0,00%
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	13.298.899,00	8.667.398,84	65,17%
2.1.0.	Educação	5.129.290,00	3.069.325,39	59,84%
2.1.1.	Ensino Não Superior	3.011.490,00	1.035.398,56	34,38%
2.1.2.	Serviços Auxiliares de Ensino	2.117.800,00	2.033.926,83	96,04%
2.2.0.	Saúde	131.604,00	61.481,12	46,72%
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	131.604,00	61.481,12	46,72%
2.3.0	Segurança e ação sociais	135.500,00	104.581,36	77,18%
2.3.1.	Segurança Social	0,00	0,00	0%
2.3.2.	Ação Social	135.500,00	104.581,36	77,18%
2.4.0.	Habitação e serviços coletivos	4.938.009,00	3.676.610,70	74,46%
2.4.1	Habitação	129.000,00	56.121,75	43,51%
2.4.2.	Ordenamento do território	683.100,00	375.065,81	54,91%
2.4.3.	Saneamento	1.766.788,00	1.218.106,13	68,94%
2.4.4.	Abastecimento de Água	1.611.200,00	1.308.822,81	81,23%
2.4.5.	Resíduos Sólidos	737.920,00	713.852,79	96,74%
2.4.6.	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	10.001,00	4.641,41	46,41%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	2.964.496,00	1.755.400,27	59,21%
2.5.1.	Cultura	1.233.596,00	855.869,50	69,38%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	1.730.900,00	899.530,77	51,97%
2.5.3.	Outras Atividades Cívicas e Religiosas			
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.870.576,00	2.121.433,86	73,90%
3.1.0.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca			0,00%
3.2.0.	Indústria e energia	60.000,00	7.596,38	12,66%
3.3.0.	Transportes e comunicações	2.499.076,00	1.911.513,98	76,49%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	2.499.076,00	1.911.513,98	76,49%
3.4.0	Comércio e turismo	289.000,00	182.323,50	63,09%
3.4.1.	Mercados e Feiras	1.000,00		0,00%
3.4.2.	Turismo	288.000,00	182.323,50	63,31%
3.5.0.	Outras Funções Económicas	22.500,00	20.000,00	88,89%
4.	OUTRAS FUNÇÕES	2.815.520,00	2.497.406,58	88,70%
4.2.0	Transferências entre administrações	1.995.814,00	1.741.623,12	87,26%
4.3.0	Diversas não especificadas	819.706,00	755.783,46	92,20%
	TOTAL GERAL	20.803.157,00	14.685.529,67	70,59%

A implementação da contabilidade de custos sendo um instrumento fundamental no apoio ao processo de tomada de decisões de qualquer organização, pois visa fornecer a informação necessária à planificação e ao controlo de gestão, permite, entre outros, apurar os custos por funções.

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos custos imputados aos bens e serviços dentro de cada uma das quatro funções. Da análise global aos custos imputados por funções, verifica-se que a função social representa cerca de 64% dos custos totais o que confirma a missão social desenvolvida por uma organização desta natureza. Seguem-se as funções geral e económica com um peso de 13%. As outras funções, que incluem os apoios às juntas de freguesia e associações municipais, canalizam 10% dos custos totais apurados através da Contabilidade de Custos.

Quadro nº. 3
Resumo dos Custos por Funções resultantes da Contabilidade de Custos

Conta Funcional	Descrição	Valor	%
1	FUNÇÕES GERAIS	3.636.171,49 €	13,40%
1.1	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.418.088,64 €	12,59%
1.1.1	ADMINISTRACAO GERAL	3.418.088,64 €	12,59%
1.2	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	218.082,85 €	0,80%
1.2.1	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	218.082,85 €	0,80%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	17.315.514,01 €	63,79%
2.1	EDUCAÇÃO	5.676.262,99 €	20,91%
2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	2.865.312,45 €	10,56%
2.1.2	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	2.810.950,54 €	10,30%
2.2	SAÚDE	0,00 €	0,00%
2.3	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	296.444,35 €	1,09%
2.3.1	SEGURANÇA SOCIAL	0,00 €	0,00%
2.3.2	ACÇÃO SOCIAL	296.444,35 €	1,09%
2.4	SERVICOS COLECTIVOS E HABITAÇÃO	8.460.978,09 €	31,17%
2.4.1	HABITAÇÃO	314.986,31 €	1,16%
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.028.394,45 €	3,79%
2.4.3	SANEAMENTO E AGUAS PLUVIAIS	1.896.637,63 €	6,99%
2.4.4	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2.665.008,01 €	9,82%
2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	1.456.864,87 €	5,37%
2.4.6	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERV.	1.099.086,82 €	4,05%
2.5	SERVICOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	2.881.828,58 €	10,62%
2.5.1	CULTURA	1.122.394,49 €	4,14%
2.5.2	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1.759.434,09 €	6,48%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	3.563.526,77 €	13,13%
3.1	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	0,00 €	0,00%
3.2	INDÚSTRIA E ENERGIA	1.212.297,67 €	4,47%
3.3	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	2.227.391,89 €	8,21%
3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.227.391,89 €	8,21%
3.4	COMÉRCIO E TURISMO	122.926,58 €	0,45%
3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	51.490,67 €	0,19%
3.4.2	TURISMO	71.247,89 €	0,26%
3.4.3	EVENTOS ECONÓMICOS	188,02 €	0,00%
3.5	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	910,63 €	0,00%
4	OUTRAS FUNÇÕES	2.628.483,88 €	9,68%
4.2	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	2.628.483,88 €	9,68%
4.3	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	0,00 €	0,00%
	TOTAL GERAL	27.143.696,15 €	100,00%

3. ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios e critérios contabilísticos definidos pelo POCAL, de acordo com as orientações contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) e ainda nos moldes tradicionais da Contabilidade Orçamental.

A análise Orçamental e Patrimonial compreende o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013.

Importará ainda salientar a diferença que existe entre os dois tipos de contabilidade para se compreender os resultados apresentados. Assim, enquanto que a contabilidade orçamental é vista numa ótica de caixa (recebimentos/pagamentos), a contabilidade patrimonial é vista numa ótica de resultados (custos/proveitos).

3.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL

Analizando globalmente os documentos referentes à contabilidade orçamental, e referidos ao orçamento final, verificamos que no ano 2013, o orçamento registou uma taxa de execução global de 78%, com um comportamento similar entre os agregados das receitas e das despesas.

Quadro nº.4
Síntese da Execução Orçamental

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Receita	39.007.727,00	29.882.951,05	9.124.775,95	77%
Despesa	39.007.727,00	30.542.393,73	8.465.333,27	78%

No campo das receitas verificamos que a sua cobrança foi a descrita no quadro seguinte:

Quadro nº.5
Síntese da Execução Orçamental da Receita

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Correntes	24.904.956,00	25.761.627,04	-856.671,04	103%
Capital	12.291.988,29	4.115.692,68	8.176.295,61	33%
Outras Receitas	1.810.782,71	5.631,33	1.805.151,38	0%

Pela análise do quadro constatamos que:

- a arrecadação das receitas correntes foi de 25.761.627 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 103% face ao orçamento atual;
- a arrecadação das receitas de capital registou um desempenho menos eficaz, tendo-se cobrado 4.115.693 euros, o que representa uma taxa de execução de 33%.

No que respeita aos agregados da despesa verificamos que estes apresentam um desempenho similar ao ocorrido com as receitas:

- as despesas correntes, no montante de 21.016.295 euros, registaram uma taxa de execução de 88%
- as despesas de capital apresentam uma taxa de realização de 63%.

Quadro nº6
Síntese da Execução Orçamental da Despesa

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Corrente	23.823.910,00	21.016.295,35	2.807.614,65	88%
Capital	15.183.817,00	9.526.098,38	5.657.718,62	63%

Analisando os movimentos financeiros realizados na gerência de 2013, vemos que as entradas de fundos ascenderam a 33.190.492 euros, dos quais 29.882.951 euros têm origem em receitas orçamentais e 3.307.541 euros são provenientes de Operações de Tesouraria.

Considerando que a despesa global paga totalizou 33.772.607 euros, e a existência de um saldo inicial de 3.247.016 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será no valor de 2.664.902 euros.

Quadro nº.7

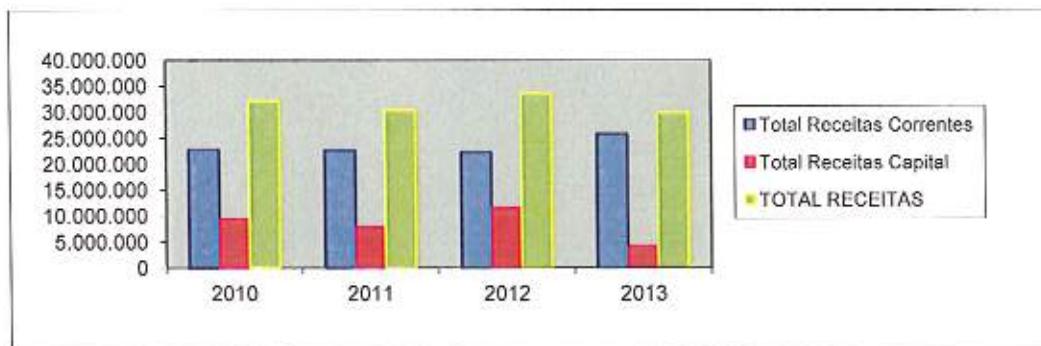
Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
Saldo transitado de 2012	2.207.902,41	1.039.113,97	3.247.016,38
Receitas cobradas	29.882.951,05	3.307.541,21	33.190.492,26
Despesas pagas	30.542.393,73	3.230.213,03	33.772.606,76
Saldo a transitar para 2014	1.548.459,73	1.116.442,15	2.664.901,88

3.1.1 RECEITAS

Quadro nº.8
Evolução da Receita por Classificação Económica

(Un.: euros)

Cód.	Designação	2010		2011		2012		2013	
		Valor	Peso %	Valor	Valor	Peso %	Valor	Valor	Peso %
01	Impostos Diretos	4.546.367	14,1%	4.973.041	16,4%	4.839.700	14,4%	5.617.143	18,8%
02	Impostos Indiretos	537.901	1,7%	285.177	0,9%	285.471	0,8%	228.801	0,8%
04	Taxas Multas Outras Penalidades	925.827	2,9%	1.009.355		953.998		960.758	3,2%
05	Rendimentos de Propriedade	1.480.086	4,6%	1.511.811	5,0%	1.472.766	4,4%	1.709.426	5,7%
06	Transferências Correntes	11.706.028	36,4%	11.303.858	37,2%	11.226.710	33,4%	13.701.967	45,9%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	3.344.462	10,4%	3.348.855	11,0%	3.308.149	9,8%	3.385.763	11,3%
08	Outras Receitas Correntes	254.153	0,8%	165.118	0,5%	113.691	0,3%	157.768	0,5%
	Total Receitas Correntes	22.794.824	70,9%	22.597.216	74,4%	22.200.486	66,0%	25.761.627	86,2%
09	Venda de Bens de Investimento	153.154	0,5%	282.700	0,9%	155.481	0,5%	98.086	0,3%
10	Transferências de Capital	6.187.532	19,2%	5.383.894	17,7%	9.929.682	29,5%	3.186.810	10,7%
11	Ativos Financeiros	126.165		1.135		0		0	
12	Passivos Financeiros	2.853.162	8,9%	2.051.246	6,8%	1.323.412	3,9%	825.401	2,8%
13	Outras Receitas de Capital	39.527	0,1%	38.070	0,1%	23.946	0,1%	11.026	0,0%
	Total Receitas Capital	9.359.541	29,1%	7.757.046	25,6%	11.432.521	34,0%	4.121.324	13,8%
	Total das Receitas	32.154.364	100,0%	30.354.261	100,0%	33.633.006	100,0%	29.882.951	100,0%



As receitas totais atingiram o montante de 29.882.951 euros, o que significou uma diminuição de 3.750.055 euros (11%), relativamente ao ano anterior.

As receitas correntes atingiram o montante de 25.761.627 euros e foram alimentadas sobretudo pelos impostos diretos, transferências correntes do Orçamento do Estado e pela venda de bens e prestação de serviços. As transferências correntes, no montante de 13.701.967 euros, representaram 53% do total das receitas correntes e respeitam, principalmente, às verbas correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação fixa no IRS. Os impostos diretos constituíram 22% das receitas correntes e concorrem para este tipo de receita, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com 3.290.087 euros, o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Bens (IMT) com 993.778 euros e o Imposto Único de Circulação com 1.223.741 euros.

Relativamente ao ano de 2012, constata-se que as receitas correntes tiveram um acréscimo de 3.561.141 euros (16%), justificado em grande parte pelos aumentos verificados nas rubricas de impostos diretos (777.443 euros) e transferências correntes (2.475.257 euros).

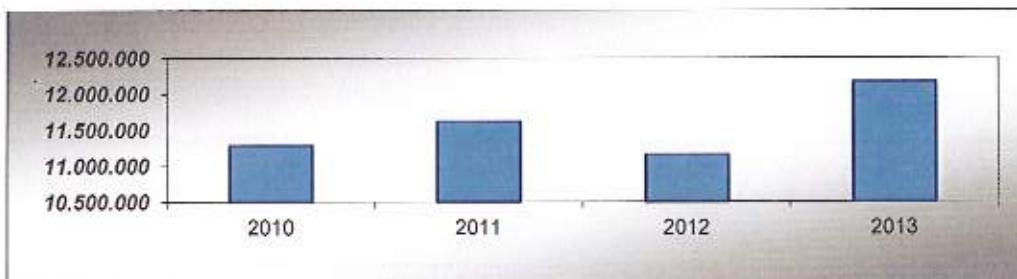
As receitas de capital atingiram o montante de 4.121.324 euros, verificando-se um decréscimo, relativamente ao ano anterior, de 7.311.197 euros. Tal variação foi motivada essencialmente pela diminuição em 6.742.871 verificado na rubrica de transferências de capital.

As receitas provenientes do Orçamento do Estado representaram 46% do total das receitas, sendo 10% das outras transferências, 41% de receitas próprias e 3% de receitas de empréstimos.

Quadro nº.9
Evolução das Receitas Próprias

(Un.: euros)

Designação	2010		2011		2012		2013	
	Valor	Peso %						
Impostos Locais	5.084.268	45,1%	5.258.219	45,3%	5.125.171	46,0%	5.845.945	48,0%
Taxas Multas e Outras Penalidades	925.827	8,2%	1.009.355	8,7%	953.998	8,6%	980.758	7,9%
Rendº. Propriedades	1.480.086	13,1%	1.511.811	13,0%	1.472.766	13,2%	1.709.426	14,0%
Venda Bens e Prestação de Serviços	3.344.462	29,6%	3.348.855	28,8%	3.308.149	29,7%	3.385.763	27,6%
Outras Receitas Correntes	254.153	2,3%	165.118	1,4%	113.691	1,0%	157.768	1,3%
Venda de Bens de Investimento	153.154	1,4%	282.700	2,4%	155.481	1,4%	98.086	0,8%
Outras Receitas de Capital	39.527	0,4%	38.070	0,3%	23.946	0,2%	11.026	0,1%
Total das Receitas	11.281.477	100,0%	11.614.129	100,0%	11.153.202	100,0%	12.168.772	100,0%



As receitas próprias, no montante de 12.168.772 euros, cresceram 1.015.570 euros (9%) relativamente ao ano anterior, e representaram 41% do total das receitas. Esta variação positiva está diretamente relacionada com o aumento verificado nas rubricas dos impostos locais, que registou um aumento de 720.774 euros, e de rendimentos de propriedades. As receitas fiscais² atingiram o montante de 6.806.703 euros, registando um aumento de 727.534 euros (12%) relativamente ao ano de 2012.

As receitas próprias de funcionamento³, com o montante de 25.859.713 euros, cresceram 16% face ao ano anterior.

Quadro nº.10
Evolução das Transferências

(Un.: euros)

Designação	2010		2011		2012		2013	
	Valor	Peso %						
F.E.F.+ Part. IRS+F.S.M	14.881.325	83,2%	14.485.937	86,8%	13.761.855	65,0%	13.761.855	81,5%
Outras Transferências	3.012.235	16,8%	2.201.815	13,2%	7.394.537	35,0%	3.126.923	18,5%
Total das Receitas	17.893.560	100,0%	16.687.752	100,0%	21.156.392	100,0%	16.888.778	100,0%

² As receitas fiscais são obtidas pelo somatório das rubricas dos impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

³ As receitas próprias de funcionamento são calculadas pelo somatório das receitas correntes com a venda de bens de investimento.



As transferências, com o montante de 16.888.778 euros, decresceram 4.267.614 euros (20%), em relação ao ano anterior, representando as transferências do Orçamento de Estado 65% do seu total.

Em relação às receitas totais, as transferências contribuíram para 56% do seu valor.

Quadro nº.11
Evolução da Utilização de Empréstimos

(Un.: euros)

Designação	2010	2011	2012	2013
Médio e longo prazos	2.853.162	2.051.246	1.323.412	825.401
Caixa G. Depósitos	350.000	525.174	517.336	313.400
Caixa Agrícola	70.000	303.427	0	0
BPI	2.433.162	1.222.645	806.076	512.001
Curto Prazo	0	0	0	0
TOTAL	2.853.162	2.051.246	1.323.412	825.401

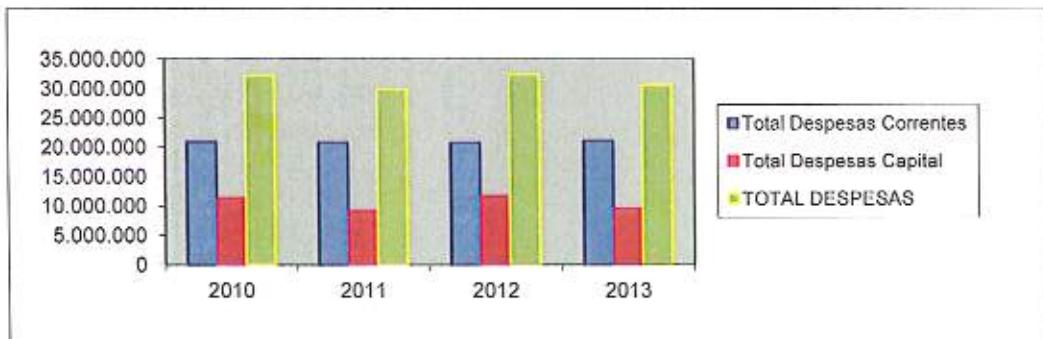
Durante o ano de 2013 e no que se refere à utilização de empréstimos de médio e longos prazos, o Município utilizou o montante de 825.401 euros. É ainda de salientar que não se recorreram a empréstimos de curto prazo.

3.1.2 DESPESAS

Quadro nº.12
Evolução da Despesa por Classificação Económica

(Un.: euros)

Cód.	Designação	2010		2011		2012		2013	
		Valor	Peso %	Valor	Valor	Peso %	Valor	Valor	Peso %
01	Pessoal	9.291.254	28,9%	9.446.589	31,6%	8.792.710	27,2%	9.221.287	30,2%
02	Aquisição Bens e Serv. Correntes	8.976.543	27,9%	8.707.195	29,2%	9.209.614	28,5%	9.328.830	30,5%
03	Encargos Correntes Dívida	144.433	0,4%	228.752	0,8%	246.129	0,8%	207.036	0,7%
04	Transferências Correntes	1.977.103	6,1%	1.891.012	6,3%	2.017.194	6,2%	1.635.423	6,0%
06	Outras Despesas Correntes	496.108	1,5%	508.049	1,7%	444.050	1,4%	423.719	1,4%
Total Despesas Correntes		20.885.441	64,9%	20.781.596	69,6%	20.709.697	64,0%	21.016.295	68,6%
07	Aquisição Bens Investimento	8.706.909	27,0%	5.373.769	18,0%	7.863.913	24,3%	5.665.325	18,5%
08	Transferências Capital	950.501	3,0%	1.534.160	5,1%	1.354.806	4,2%	1.841.707	6,0%
09	Ativos Financeiros	1.000	0,0%	636.868	2,1%	774.000	2,4%	160.455	0,5%
10	Passivos Financeiros	1.659.145	5,2%	1.530.563	5,1%	1.665.561	5,1%	1.858.611	6,1%
11	Outras Despesas de Capital	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total Despesas Capital		11.317.655	35,1%	9.077.360	30,4%	11.668.280	36,0%	9.526.098	31,2%
TOTAL DESPESAS		32.202.997	100,0%	29.858.956	100,0%	32.367.977	100,0%	30.542.394	100,0%

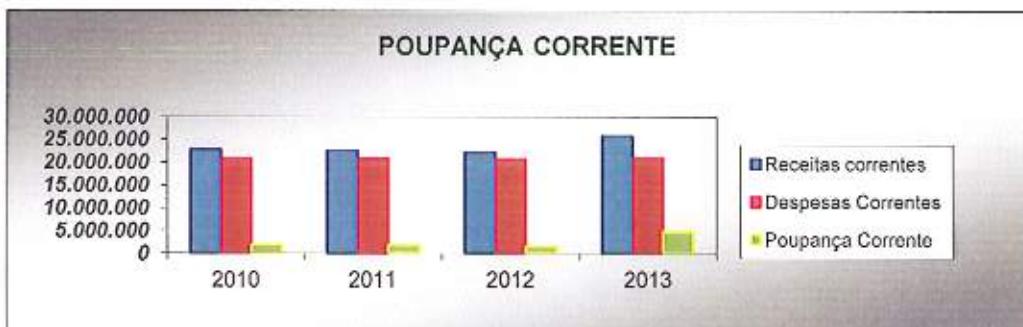


As despesas totais atingiram o montante de 30.542.394 euros, sendo as despesas correntes de 69% e as de capital de 31%. Em relação ao ano 2012, verifica-se uma diminuição em 1.825.583 euros (6%), motivada pelas rubricas de aquisição de bens de investimento, em 2.198.588 euros e ativos financeiros, no valor de 613.545 euros.

Quadro nº.13
Evolução da Poupança Corrente

(Un.: euros)

Designação	2010	2011	2012	2013
Receita Corrente	22.794.824	22.597.216	22.200.486	25.761.627
Despesa Corrente	20.885.441	20.781.596	20.709.697	21.016.295
Poupança Corrente	1.909.383	1.815.620	1.490.789	4.745.332



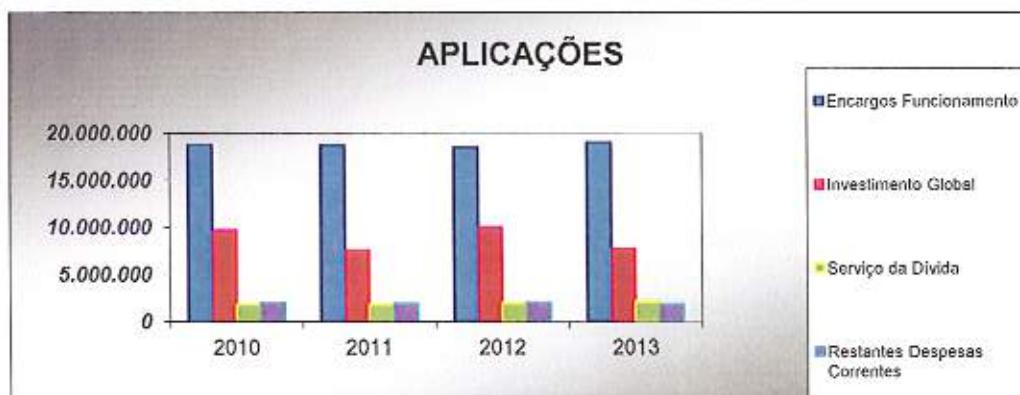
No cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, previsto no ponto 3.1.1 do POCAL, o orçamento deve prever as receitas para cobrir as despesas e as receitas correntes deverão ser pelo menos iguais às despesas correntes, permitindo encaminhar este saldo corrente para o financiamento de investimentos municipais.

Em 2013, a poupança corrente gerada no Município cifrou-se em 4.745.332 euros relativamente ao período anterior, representando um acréscimo em 3.254.543 (218%) relativamente ao ano anterior.

Quadro nº.14
Evolução da Despesa por Agregados Económicos

(Un.: euros)

Designação	2010		2011		2012		2013	
	Valor	Peso %						
Encargos de Funcionamento								
Pessoal	16.834.604	51,1%	18.661.833	62,5%	18.446.374	57,0%	18.973.836	62,1%
Aquisição Bens e Serviços Correntes	8.712.746	26,5%	9.446.589	31,6%	8.792.710	27,2%	9.221.287	30,2%
Outras Despesas Correntes	7.427.156	22,5%	8.707.195	29,2%	9.209.614	28,5%	9.328.830	30,5%
Investimento Global								
Investimento Direto	694.702	2,1%	508.049	1,7%	444.050	1,4%	423.719	1,4%
Transferências Capital	11.396.786	34,6%	7.546.797	25,3%	9.992.719	30,9%	7.667.487	25,1%
Outras Despesas de Capital	85	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ativos Financeiros	2.952.903	9,0%	1.534.160	5,1%	1.354.806	4,2%	1.841.707	6,0%
Serviço da Dívida								
Juros	237.372	0,7%	638.868	2,1%	774.000	2,4%	160.455	0,5%
Amortização	3.189.144	9,7%	1.759.314	5,9%	1.911.690	5,9%	2.065.648	6,8%
Restantes Despesas Correntes								
Juntas de Freguesia	1.519.173	4,6%	1.891.012	6,3%	2.017.194	6,2%	1.835.423	6,0%
Associações Municipais	343.800	1,0%	488.596	1,6%	411.075	1,3%	373.518	1,2%
TOTAL DESPESAS	32.939.707	100,0%	29.858.956	100,0%	32.367.977	100,0%	30.542.394	100,0%



1) ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO

Os encargos de funcionamento com o montante de 18.973.836 euros, cresceram 527.462 euros (3%) relativamente ao ano de 2012, e representaram 62% do total das despesas do município.

a) ENCARGOS COM PESSOAL

Os encargos com pessoal, no montante de 9.221.287 euros (30% do total das despesas), cresceram 527.462 euros (3%) relativamente ao ano anterior.

O aumento dos encargos com pessoal foi motivado, essencialmente, pela reposição dos subsídios de férias e de Natal.

A 31 de dezembro de 2013 o quadro de pessoal do Município integrava 532 colaboradores, cuja contagem por cargo/ carreira segundo a modalidade de vinculação se apresenta no quadro seguinte.

Quadro nº.15

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	TOTAL
Comissão de Serviço	16	0	0	0	0	16
CTFP por tempo indeterminado	0	40	115	357	4	516
CTFP a termo resolutivo certo	0		0	0	0	0
TOTAL	16	40	115	357	4	532

Reportando a 31 de dezembro, podemos constatar que em termos de género existem 266 colaboradores do sexo feminino e igual número do sexo masculino, sendo a média de idades dos colaboradores do Município de 46 anos.

Foram providenciadas ações de formação e sensibilização regular e adequada aos colaboradores, visando a melhoria contínua das suas competências e do desempenho das funções que lhes são atribuídas. Em 2013 foram ministradas 9.914 horas de formação.

Recorreu-se aos trabalhadores inscritos no I.E.F.P através do Programa – Contrato Emprego Inserção, tendo sido obtida uma receita de 105.041 euros.

Importa ainda referir que as receitas obtidas da atual DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares para as auxiliares de ação educativa e docentes foram de 730.148 euros.

O trabalho extraordinário, no montante de 52.814 euros, registou uma diminuição de 5.868 euros, e deveu-se essencialmente ao serviço de recolha de resíduos sólidos, transportes escolares, avarias de água e reparações, bem como ao apoio na realização de atividades culturais e funcionamento das instalações desportivas.

Relativamente ao desempenho de alguns serviços de atendimento, é possível apresentar os dados constantes do quadro seguinte.

Quadro nº.16
Evolução de indicadores de desempenho de alguns serviços municipais

Designação	2010	2011	2012	2013
Urbanismo				
Nº. de notificações	5.544	6.913	5.846	4.711
Licenças de edificação	284	347	320	299
Autorizações de utilização	333	338	348	291
Nº. de pedidos de certidão de destaque	55	41	39	21
Nº de certidões emitidas	467	428	154	406
Nº. de pedidos de horários de funcionamento	161	149	133	102
Águas e Saneamento				
Instalação de novos contadores de água	1 479	1 238	1 348	1 028
Nº. de requisições para ligações à rede pública de água	235	396	297	292
Nº. de requisições para ligações à rede pública do saneamento	243	303	272	278
Nº de pedidos de esvaziamento de fossas sépticas	587	593	609	529
Novas ligações à rede pública de saneamento	962	1 035	317	241
Contratação Pública				
Nº de contratos	87	65	81	71
Nº de bens inventariados	844	539	3 557	511
Nº. de requisições internas	6 160	9 708	11 073	11 678
Nº. de notas de encomenda	4 400	4 895	4 049	4 136
Ambiente e Espaços Verdes				
Taxa de recolha de resíduos relativamente aos indiferenciados	10,39%	10,09%	9,16%	9,79%
Comunicação				
Média diária de utilização dos Espaços Internet	28	33	38	55
Desporto				
Nº de utentes regulares dos Pavilhões e Complexo Desportivo da Costa Grande	s/ind	74 589	74 679	63 977
Nº de utentes eventuais dos Pavilhões e Complexo Desportivo da Costa Grande	s/ind	15 032	15 363	14 427
Nº de utentes da Escola Municipal de Natação	s/ind	68 905	51 700	58 741
Nº de utentes de banhos livres, sauna e jacuzzi nas piscinas municipais	s/ind	30 779	36 229	39 544
Ação Social e Juventude				
Nº de beneficiários da Medida Subsídio ao Arrendamento	112	117	102	99
Nº de jovens participantes na Medida Voluntariado Jovem	187	100	104	102
Cultura e Tempos Livres				
Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso				
Nº visitantes	11 989	12 529	9 825	15 084
Nº visitantes em grupo	5 408	5 152	4 083	7 779
Nº de exposições temporárias	5	5	4	6
Nº de visitantes das exposições temporárias	7 044	7 760	8 698	12 762
Arquivo Municipal de Amarante				
Consultas internas de documentação	14	121	121	142
Consultas externas de documentação	28	34	32	16
Biblioteca Municipal Albano Sardoeira				
N.º de leitores inscritos	257	180	174	175
N.º de documentos emprestados	4 895	3 991	4 935	4 426
Exposições	6	8	9	7
Pólo de Vila Meã (BMAS)				
Nº de documentos emprestados	670	452	855	604
N.º de leitores inscritos		47	27	19

Em conclusão: o montante global de despesas com o pessoal, efetuado pelo Município ascendeu a 9.221.287 euros, representando 42% do total das receitas correntes do ano anterior.

b) AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A aquisição de bens e serviços, com o montante de 9.328.830 euros, aumentou 119.216 euros (1%) relativamente ao ano de 2012.

Com o objetivo de melhor explicitar estas despesas, importa individualizar algumas das rubricas da aquisição de bens e serviços.

Assim, os transportes escolares consumiram 1.199.170 euros; as matérias-primas registaram um valor de 306.382 euros, os encargos correntes com as instalações municipais (eletricidade, água, condomínios, etc.) cifraram-se em 888.680 euros, os trabalhos especializados totalizaram 589.399 euros; os estudos e consultadoria foram de 23.764 euros; os seguros de viaturas e de outros bens tiveram um encargo de 123.842 euros; as comunicações atingiram o montante de 236.218 euros, os encargos de cobrança de receitas registaram um montante de 221.923 euros e os consumos de secretaria foram de 43.895 euros.

c) OUTRAS DESPESAS CORRENTES

A rubrica Outras Despesas Correntes, com o montante de 423.719 euros, diminuiu 20.331 euros (5%) em relação ao ano de 2012. Saliente-se, neste agregado, o montante de 115.428 euros em restituições; 217.614 euros em realizações de interesse municipal e 14.549 euros com indemnizações.

2) INVESTIMENTO GLOBAL

O investimento global foi de 7.667.487 euros, tendo diminuído 2.325.232 euros (23%) em relação ao ano de 2012.

a) INVESTIMENTO DIRETO

O investimento direto da Autarquia, no montante de 5.665.325 euros, diminuiu 2.198.588 euros (28%) relativamente ao ano anterior e a sua desagregação pelas diferentes rubricas está evidenciada no quadro seguinte.

Quadro nº.17
Desagregação do Investimento Direto

(un.: euros)

Objetivo	Valor	Peso
Terrenos	16.031,25	0,3%
Reparação e beneficiação	1.631,78	0,0%
Instalações de serviços	264.062,26	4,7%
Instalações desportivas e recreativas	642.078,36	11,3%
Creches	7.015,16	0,1%
Escolas	945.569,20	16,7%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	2.035.708,82	35,9%
Esgotos	91.932,15	1,6%
Iluminação Pública	7.596,38	0,1%
Captação, tratamento e distribuição água	113.379,04	2,0%
Viação Rural	283.707,30	5,0%
Sinalização e trânsito	56.331,92	1,0%
Cemitérios		0,0%
Outras construções	306.384,41	5,4%
Outros edifícios	99.704,54	1,8%
Equipamento informático	29.017,25	0,5%
Software informático	2.948,31	0,1%
Equipamento de transporte	99.655,98	1,8%
Equipamento básico		0,0%
Ferramentas e utensílios	19.970,08	0,4%
Artigos e objetos de valor	420.000,00	7,4%
Investimentos incorpóreos	94.277,81	1,7%
Equipamento administrativo	22.608,87	0,4%
Maquinaria e equipamento		0,0%
Outras construções e Infra-estruturas		0,0%
Outros investimentos	105.713,64	1,9%
TOTAL	5.665.324,51	100,0%

b) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As transferências de capital para as Juntas de Freguesia, Associações Municipais e Instituições atingiram o montante de 1.841.707 euros, representando um acréscimo de 486.901 euros (36%), em relação ao ano de 2012.

3) SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida bancária atingiu o montante de 2.065.648 euros, aumentando 153.958 euros (8%) relativamente ao ano anterior.

O montante global representou 7% do total da despesa e 15% do total recebido com o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e da participação fixa no IRS.

4) RESTANTES DESPESAS CORRENTES

As restantes despesas correntes, no montante de 1.835.423 euros, decresceram 181.771 euros (9%), em relação ao ano anterior, sendo que 373.518 euros foram para as Juntas de Freguesia e 1.461.904 euros para Associações.

3.1.3 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1. Endividamento Municipal

Quadro nº.18
Ativos e Passivos financeiros

CONTAS	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre	(€)
1 DISPONIBILIDADES	2.664.901,88		
11 Caixa	837,57		
12 Depósitos em Instituições financeiras	2.664.064,31		
2 TERCEIROS	2.091.253,17	28.532.147,71	
21 Clientes, contribuintes e utentes	1.064.657,66	0,00	
212 Contribuintes, c/c	29.877,48		
213 Utentes, c/c	351.403,54		
217 Clientes e utentes c/ cauções			
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	683.576,63		
22 Fornecedores	0,00	17.012,69	
221 Fornecedores, c/c		17.012,69	
23 Empréstimos obtidos		9.572.979,63	
231 Em moeda nacional		9.572.979,63	
2311 De curto prazo		0,00	
23111 Empréstimos bancários			
23112 a 23119 (...)			
2312 De médio e longo prazo		9.572.979,63	
23121 Empréstimos bancários		9.572.979,63	
24 Estado e outros entes públicos		148.555,51	
25 Devedores e credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	
251 Devedores pela execução do orçamento			
252 Credores pela execução do orçamento			
26 Outros devedores e credores	0,00	1.033.979,67	
261 Fornecedores de imobilizado		966.422,20	
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		64.908,72	
2612 a 2617 (...)		901.513,48	
263 Sindicatos		624,20	
268 Devedores e credores diversos		66.733,17	
27 Acréscimos e diferimentos	1.026.395,52	17.859.620,31	
271 Acréscimos de proveitos	974.300,65		
272 Custos diferidos	52.014,67		
273 Acréscimos de custos		1.697.803,64	
274 Proveitos diferidos		16.061.816,67	
2741 a 2744 (...)			
2745 Subsídios para investimentos*		16.061.816,67	
2748 Diferenças de câmbio favoráveis			
2749 Outros proveitos diferidos*			
4 IMOBILIZAÇÕES	2.454.793,66		
41 Investimentos financeiros	2.454.793,66		
411 Partes de capital	2.454.793,66		
TOTAL	7.210.948,71	28.532.147,71	
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	7.210.948,71	12.470.331,04	

* Para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749.

O endividamento líquido municipal atingiu, no final do ano de 2013, o valor de 5.259.382 euros e é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros. É de salientar que, e segundo orientações da Direcção Geral do Orçamento e da Direcção-Geral das Autarquias Locais, para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749, e daí que, no quadro acima, o total considerado para o cálculo do endividamento líquido reflete as mencionadas orientações.

No final do ano de 2013, a dívida referente a empréstimos de médio e longo prazos atingia o montante de 9.572.980 euros verificando-se que o total de 793.652 euros está excecionado dos limites de endividamento municipal (artº. 39º da lei das Finanças Locais).

Em termos de situação de endividamento em 31/12/2013, e em síntese, temos a seguinte situação:

Quadro nº19
Apuramento da situação de endividamento em 31/12/2013

Designação	(un.: euros)
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	9.572.979,63
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	5.259.382,33
CONTRIBUIÇÃO AM,SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-38.227,56
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCECIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	793.652,26
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	8.779.327,35
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	4.427.502,49

Nos termos do disposto no artigo 98º da Lei nº.66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazos para cada município em 2013 é apurado do seguinte modo:

«1 — Nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de maio, alterada pelas Leis ns 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, o limite de endividamento líquido de cada município para 2013, tendo em vista assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, corresponde ao menor dos seguintes valores:

- a) Limite de endividamento líquido de 2012;
- b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio;

2 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o limite de endividamento de médio e de longo prazos para cada município em 2013 é o calculado nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis ns 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.»

Assim, tendo em conta o acima exposto, os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazos para o ano de 2013 são os seguintes:

1. Endividamento líquido: 6.268.481 euros;
2. Limites de endividamento de médio e longo prazos: 17.631.910 euros.

Quadro nº.20
Limites ao endividamento municipal - 2013

(un.: euros)

Designação	Montante
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	1.763.191,01
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	17.631.910,13
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	6.268.480,65

Perante o acima exposto relativo ao endividamento municipal, resulta que, no final do ano 2013, os limites referentes ao montante máximo para a dívida referente a empréstimos, quer de curto prazo, quer de médio e longo prazo e ao endividamento líquido total, tal como definidos na Lei das Finanças Locais, atingiram valores muito distantes do máximo permitido.

Quadro nº.21
Situção face aos limites - 2013

ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	
Margem	1.763.191,01
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	
Margem	8.852.582,78
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	
Margem	1.840.978,16

3.2 ANÁLISE PATRIMONIAL

3.2.1 Balanço e Demonstração de Resultados



A cluster of handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F', 'C', 'M', 'S', 'D', 'G', and 'J', are positioned in the bottom right corner of the page.

BALANÇO

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE AMARANTE

ANO 2013
FOL. 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		II		I - 1	
		AB	M/P	AL	AL
	Imobilizado:				
431	Bens de domínio público	501.987,55		501.987,55	485.956,30
432	Terrenos e recursos naturais				
433	Edifícios	45.226.478,82	14.941.451,90	30.385.026,92	31.748.051,92
435	Outras construções e infra-estruturas				
439	Bens do património Histórico, artístico e cultural				
445	Outros bens de domínio público				
446	Imobilizações em curso	11.386.942,41		11.386.942,41	9.814.026,14
	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		57.115.409,70	14.941.451,90	42.213.956,80	42.048.034,36
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	146.961,10	610.456,42	136.504,70	74.326,46
433	Propriedade industrial e outros direitos	582.068,06	505.326,60	76.741,46	125.171,03
439	Outras imobilizações incorpóreas				
443	Imobilizações em curso	383.109,44		383.109,44	383.109,44
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		1.712.139,70	1.115.781,02	596.355,60	592.612,93
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	13.995.164,54		13.995.164,54	14.039.361,05
422	Edifícios e outras construções	63.390.024,68	12.359.920,78	51.030.103,90	49.618.411,96
423	Equipamento básico	4.010.601,00	3.433.780,05	516.820,75	684.446,92
424	Equipamento de transporte	2.338.351,86	1.789.632,31	448.719,55	572.751,41
425	Ferramentas e utensílios	240.749,61	223.463,40	17.219,27	13.554,54
426	Equipamento administrativo	273.430,65	671.542,24	95.818,61	95.491,53
427	Teras e vasilheiros				
429	Outras imobilizações corpóreas	3.209.530,95	1.991.966,29	1.217.564,66	800.549,76
442	Imobilizações em curso	7.540.308,87		7.540.308,87	3.500.479,56
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		95.398.170,22	20.476.302,03	74.921.818,15	73.393.457,73
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	2.454.793,66		2.454.793,66	2.194.338,66
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis	617.843,15	73.069,54	544.712,61	551.093,09
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		3.072.635,81	73.069,54	2.999.566,27	2.845.431,75
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	55.574,56		55.574,56	61.392,78
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refigos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
31	Adiantamentos por conta de compras				
		55.574,56		55.574,56	61.392,78

BALANÇO

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE AMARANTE

ANO 2013
TAG. 2

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N		N + 1	
		A3	A/P	A/L	A/L
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos: (a)				
232	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
23	Empréstimos concedidos				
231	Clientes c/c				
232	Contribuintes c/c	29.071,43		29.817,40	28.336,83
233	Utentes c/c	351.403,54		351.403,54	444.601,07
238	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança dívidosa	693.576,63	573.035,24	110.546,39	92.051,79
235	Devedores pela execução do orçamento				
239	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	84.793,99		84.793,99	58.195,36
264	Administração autárquica				
262+263+267+280	Outros devedores	86.456,87		86.456,87	110.781,92
		1.236.108,51	573.035,24	663.010,27	601.973,02
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
12	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
11	Depósitos em instituições financeiras	2.664.064,31		2.664.064,31	3.245.564,81
	Caixa	837,57		837,57	1.051,57
		2.664.901,88		2.664.901,88	3.247.016,38
211	Acréscimos e diferimentos:				
212	Acréscimos de provéltos	914.300,65		914.300,65	942.006,69
	Custos diferidos	52.014,67		52.014,67	77.951,49
		1.026.395,32		1.026.395,32	1.019.964,18
			36.506.606,53		
	Total de amortizações		573.030,24		
	Total de provisões.....				
	Total do activo	162.201.333,98	37.079.636,71	125.201.697,21	123.959.883,11

BALANÇO

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE AMARANTE

ANO 2013
TAG. 3

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
	Fundos próprios:		
51	Patrimônio	88.999.016,88	86.993.299,82
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	2.421.761,32	2.315.663,74
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	1.830.321,24	1.830.321,24
576	Doações	2.065.136,10	2.065.136,10
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados		
88	Resultado líquido em exercício	1.182.033,10	2.121.871,64
		96.498.250,84	95.316.195,54
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos		
2312	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo	9.512.919,63	10.626.199,08
2613	Empréstimos de M/L prazo	63.348,68	163.368,68
	Fornecedores em sistema de locação financeira		
		9.645.320,31	10.769.578,70
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		
26881	Credores diversos - contratos futuros		
2311	Dividas a terceiros - Curto Prazo		
269	Empréstimos de curto prazo	11.012,49	
221	Adiantamentos por conta de vendas		
222	Fornecedores c/c		
228	Fornecedores + Facturas em receção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	64.928,72	
24	Estado e outros entes públicos	233.349,50	171.429,23
264	Administração autárquica		
2618+262+263+267+	Outros credores	154.014,24	155.642,76
2612	Fornecedores de imobilizado c/ garantias	833.164,30	791.456,33
		1.302.449,55	1.110.538,32
	Acréscimos e diferimentos:		
233	Acréscimos de custos	1.691.803,64	1.143.131,70
274	Provéltos diferidos	16.061.816,67	15.652.342,81
		17.759.620,31	16.795.480,51

BALANÇO

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE AMARANTE

ANO 2013
PAG. 4

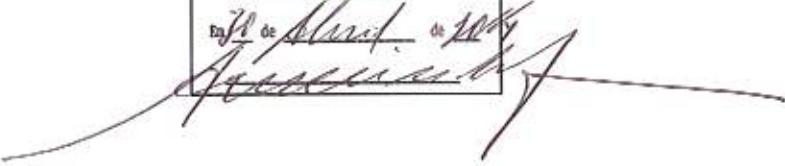
CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N + 1
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos		
274	Projetos diferidos		
	Total do passivo	28.783.358,57	28.683.581,59
	Total dos fundos próprios e do passivo	125.201.637,21	123.999.883,11

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 30 de Setembro de 2013



DIMINUTIVOS DE RESULTADOS

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE AMARANTE

Janeiro - Dezembro

ANO 2013
PÁG. 1

Código de Contas		Exercício			
		N	N + 1		
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Materias	1.016.938,39	1.046.938,39	1.088.133,87	1.088.133,87
62	Fornecimentos e serviços externos:				
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	7.695.537,83		7.109.286,91	
643 a 643	Encargos sociais	2.084.808,67	9.780.346,50	1.679.964,03	8.789.251,00
63	Transferências e subs. correntes concedidas e prestações sociais			1.691.424,55	1.939.924,31
66	Anotações do exercício			3.693.127,33	3.481.292,96
67	Prestações do exercício			51.005,74	43.138,69
68	Outros custos operacionais			10.493,62	15.526,02
	(A)				
69	Custos e perdas financeiros			24.889.156,28	23.714.023,30
				221.680,55	273.915,97
	(C)			25.116.036,83	23.921.939,21
70	Custos e perdas extraordinários			2.026.659,32	1.410.450,42
	(E)			27.143.695,15	25.458.389,69
	Resultado líquido do exercício.....			1.182.003,10	2.121.871,64
	(F)			28.325.699,25	27.580.261,33
	Proventos e ganhos				
7111	Vendas e prestações de serviços:				
7112+7113	Venda de mercadorias	26.224,87		23.525,95	
	Venda de produtos	2.813.580,03		2.711.695,92	
	(D)				
712+713	Prestações de serviços			2.155.399,27	4.892.621,14
	(G)				
72	Impostos e taxas			4.883.904,23	4.892.621,14
73	Variação da produção			6.435.040,06	5.964.028,07
75	Trabalhos para a própria entidade				
76	Proventos suplementares			16.246.042,18	16.003.032,93
	Transferências e subsídios obtidos			162.155,80	186.807,37
	Outros proventos e ganhos operacionais				
	(H)				
78	Proventos e ganhos financeiros			27.733.743,07	27.044.490,31
				82.018,29	10.768,71
	(I)				
79	Proventos extraordinários			27.815.761,36	27.055.259,02
				509.937,89	525.002,31
	(T)			28.325.699,25	27.580.261,33
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)			2.841.586,79	3.350.467,01
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)			-145.682,26	-263.147,26
	Resultados Correntes: (D - C)			2.693.924,53	3.067.319,75
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)			1.182.003,10	2.121.871,64

En _____ de _____ de _____

*Ricardo Almeida de Oliveira
Assessoria*

*Milton Gonçalves
Secretário de Finanças*

*Aurélio Costa Magalhães
Assessor*

Dirceu Nagel

Flávia de Souza França

David Pires

O Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados relevam a situação patrimonial e financeira do Município de Amarante em 31/12/2013, em conformidade com os princípios contabilísticos e normas vigentes constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com a redação dada por todas as alterações introduzidas.

Da análise das demonstrações financeiras constata-se que o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 evidencia um total de 125.201.697 euros e um total de fundos próprios de 96.498.299 euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 1.182.003 euros, devidamente explicitado na Demonstração de Resultados e donde se extrai também o total de 28.325.699 euros de proveitos e ganhos e 27.143.696 euros de custos e perdas.

3.2.2 ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras e demais anexos relativos às contas do exercício de 2013 do Município de Amarante foram efetuados segundo as normas e princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e preparadas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Amarante.

A numeração utilizada corresponde à que consta do referido diploma, sendo que os números em falta não se aplicam ou não existe informação a prestar.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Identificação: Município de Amarante

Número de Identificação Fiscal: 501102752

Endereço: Alameda Teixeira de Pascoaes - 4600-011 Amarante

geral@cm-amarante.pt

Regime financeiro: - POCAL – Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro; Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril;

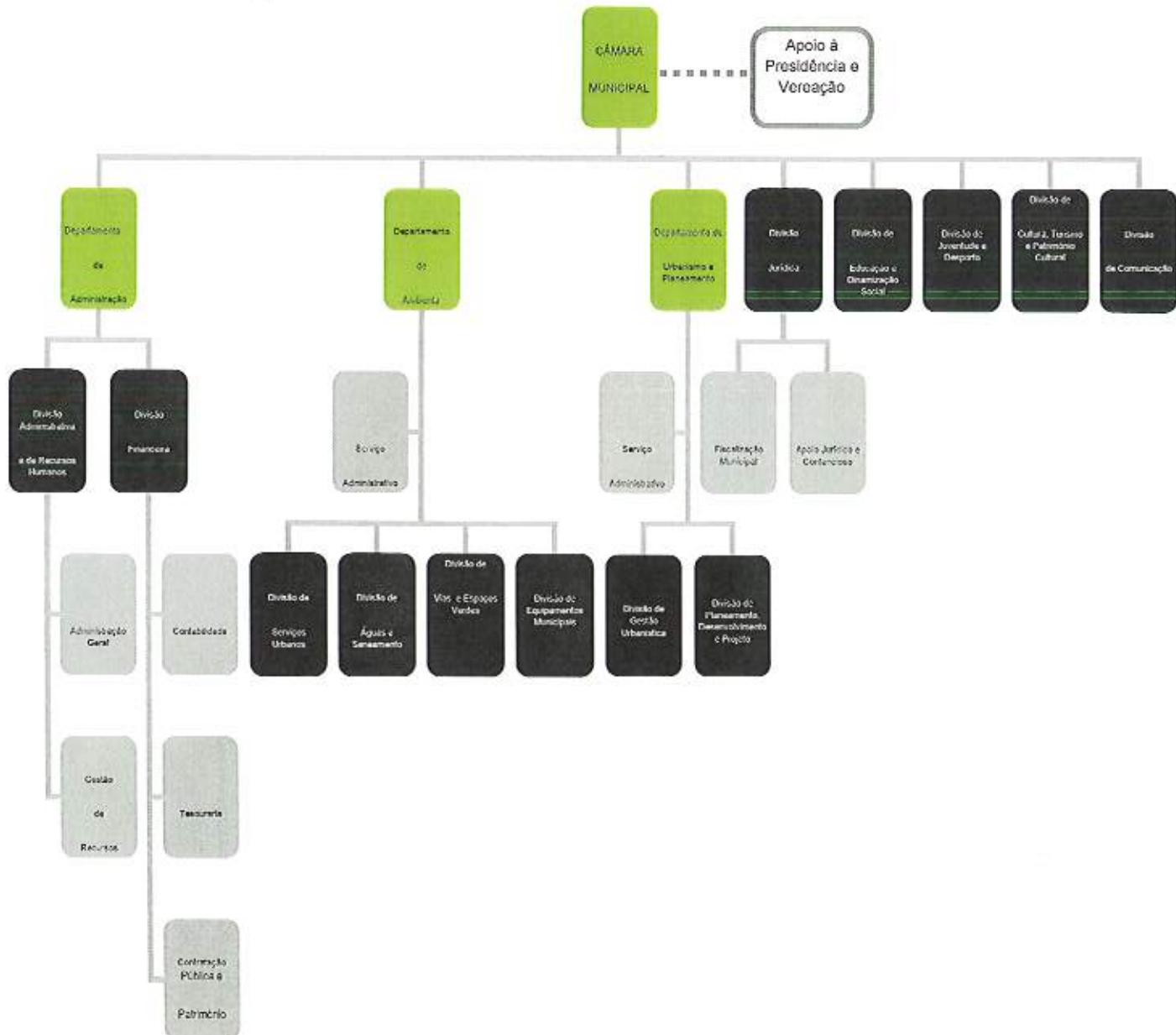
- Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

1.2 Legislação aplicável na constituição, orgânica e funcionamento:

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e Lei n.º 159/99, de 14 Setembro e Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

1.3 Estrutura Organizacional Efetiva:

Em 31/12/2013, a estrutura organizacional, e de acordo o Regulamento aprovado em Assembleia Municipal de 18/12/2010 e publicado na IIª Série do D.R. n.º 253 de 31/12/2010, define-se da seguinte forma:



Órgão Deliberativo: Assembleia Municipal

Órgão Executivo: Câmara Municipal

1.4 Descrição sumária das atividades:

Nos termos do artigo 13º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e, com a entrada em vigor da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, nos termos do nº.2 do artigo 23º, os municípios dispõem de atribuições nos seguintes domínios:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Ação Social;
- i) Habitação;
- j) Proteção Civil;
- k) Ambiente e saneamento básico
- l) Defesa do Consumidor
- m) Promoção do desenvolvimento
- n) Ordenamento do território e urbanismo
- o) Polícia Municipal
- p) Cooperação externa

1.5 Recursos Humanos:

Presidente: José Luís Gaspar Jorge

Vereadores:

- i. António José Cerqueira Dinis de Mesquita
- ii. Jorge José de Magalhães Mendes
- iii. Raimundo de Magalhães Carvalho
- iv. Pedro Manuel Barros Pereira
- v. Lucinda Silva Fonseca Moreira
- vi. Maria do Rosário de Magalhães Loureiro
- vii. André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães
- viii. Carlos Gonçalo Teixeira Pereira

Número de Membros da Assembleia Municipal: 53

Número de funcionários em 2013/12/31: 532

1.6 Organização Contabilística:

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de

Contabilidade das Autarquias Locais e obedecem ao Sistema de Controlo Interno aprovado em Reunião do Executivo de 03/09/2001.

Os serviços municipais estão informatizados desde 01/01/1995, respeitando todas as aplicações informáticas o disposto na legislação em vigor e sendo a empresa prestadora do serviço a Medidata, Sistemas de Informática e Engenharia, SA.

2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogados e dos respetivos efeitos no balanço e demonstrações de resultados.

O Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados relevam a situação patrimonial e financeira do Município de Amarante em 31/12/2013, em conformidade com os princípios contabilísticos e normas vigentes constantes do POCAL.

2.2 Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não existem contas de balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

2.3 Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor

a) Imobilizações

- o imobilizado corpóreo está registado ao custo de aquisição ou de produção, e inclui o IVA suportado sem direito a dedução.

- as imobilizações em curso estão valorizadas ao custo de construção, segundo a faturação parcial, incluindo o IVA suportado e que não confere direito à dedução;

- os investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição;

- o cálculo das amortizações foi efetuado pelo método das quotas constantes e com base nas taxas normais e anuais definidas no Classificador Geral anexo à Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril;

b) Existências

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição e os métodos de custeio das saídas de armazém adotados foram o custo específico ou o custo médio ponderado, sendo que, no final do ano, atingiam o montante de 55.575 euros.

c) Terceiros

A classe de terceiros engloba as operações derivadas de relações com terceiros atendendo, simultaneamente, às diferentes espécies de entidades e às diversas naturezas de operações.

A rubrica de Dívidas de Terceiros regista o montante de 1.236.109 euros, sendo que a rubrica dos clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa atingiu o montante de 683.577 euros.

No que concerne à rubrica Dívidas a Terceiros, distinguiu-se a dívida de curto prazo, no montante de 1.302.450 euros, da exigível a médio e longo prazos, no valor de 9.641.328 euros, procedendo-se ainda, no caso da dívida de curto prazo, à desagregação da dívida pelos vários tipos de fornecedores, pelo Estado e outros entes públicos e outros devedores e credores; e no caso da dívida a médio e longo prazos à discriminação da parcela respeitante a Empréstimos Bancários e a bens adquiridos em regime de locação financeira.

d) Disponibilidades

O montante de 2.664.902 euros inclui as disponibilidades imediatas, nomeadamente, 838 euros em caixa e 2.664.064 euros em depósitos em instituições financeiras, sendo de notar que este valor total das disponibilidades não reflete as diferenças detetadas na reconciliação bancária das diversas contas, no montante de 398.970,70 euros.

Os depósitos em instituições financeiras apresentavam a desagregação constante do quadro seguinte.

Banco	Un:euros
Banco Espírito Santo	7.387,75
Banco Português de Investimento	19.924,95
Banco Santander Totta	3.179,82
Millennium BCP	161.609,63
Caixa Geral de Depósitos	1.909.209,84
Montepio	1.866,56
Banif	4.958,42
Crédito Agrícola	156.956,64
TOTAL	2.265.093,61

e) Acréscimos e diferimentos

A Câmara Municipal de Amarante registou os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Os subsídios para investimento associados a ativos amortizáveis (Fundos Comunitários e Protocolos com a Administração Central) foram registados na rubrica Proveitos Diferidos. O montante do subsídio ao investimento reconhecido anualmente como proveito é calculado com base nas amortizações dos bens subsidiados.

2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas Incluídas no balanço expressas em moeda estrangeira

O Município de Amarante não tem rubricas expressas em moeda estrangeira.

2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

O resultado do exercício refere-se ao período Janeiro a Dezembro de 2013.

2.7 Ativo Bruto, Amortizações e Provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões são o que se discrimina nos quadros seguintes:

Amortizações e Provisões

(un.: euros)

Designação	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	12.633.957,56	2.207.494,34		14.841.451,90
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
	12.633.957,56	2.207.494,34	0,00	14.841.451,90
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	585.855,12	24.601,30		610.456,42
Propriedade industrial e outros direitos	451.688,02	56.920,93	3.282,35	505.326,60
Outras imobilizações incorpóreas				
	1.037.543,14	81.522,23	3.282,35	1.115.783,02
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	11.447.680,51	936.096,47	23.856,20	12.359.920,78
Equipamento básico	3.328.377,87	144.457,67	39.055,49	3.433.780,05
Equipamento de transporte	1.811.149,04	128.647,90	150.164,63	1.789.632,31
Ferramentas e utensílios	217.749,13	5.711,27		223.460,40
Equipamento administrativo	793.261,07	40.391,43	156.110,26	677.542,24
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	1.864.265,61	138.514,97	10.814,29	1.991.966,29
	19.462.483,23	1.393.819,71	380.000,87	20.476.302,07
De investimentos financeiros				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis:				
Outras aplicações financeiras:	66.749,06	6.320,48		73.069,54
Depósitos em instituições financeiras				
Títulos da dívida pública				
Outros títulos				
	66.749,06	6.320,48	0,00	73.069,54

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Allenações	Transferências e abates	Saldo Final
De bens de domínio público:						
Terrenos e recursos naturais	485.956,30		16.031,25			501.987,55
Edifícios	44.382.009,48		844.469,34			45.226.478,82
Outras construções e infra-estruturas						
Bens do património histórico, artístico e cultural						
Outros bens de domínio público						
Imobilizações em curso	9.814.026,14		2.175.260,75		602.344,48	11.386.942,41
Adiant. por conta de bens de domínio público						
	54.681.991,92	0,00	3.035.761,34	0,00	602.344,48	57.115.408,78
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de desenvolvimento	660.181,58		86.779,62			746.961,20
Propriedade industrial e outros direitos	576.865,05		8.650,30		3.447,29	582.068,06
Outras imobilizações incorpóreas						
Imobilizações em curso	383.109,44					383.109,44
Adiant. por conta de imobilizações incorpóreas						
	1.620.156,07	0,00	95.429,92	0,00	3.447,29	1.712.138,70
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	14.039.767,05			44.602,51		13.995.164,54
Edifícios e outras construções	61.126.098,47		2.406.382,89	104.049,24	38.407,44	63.390.024,68
Equipamento básico	4.012.824,79		37.202,43		39.418,42	4.010.608,80
Equipamento de transporte	2.383.900,45		4.616,04		150.164,63	2.238.351,86
Ferramentas e utensílios	231.303,67		9.446,00			240.749,67
Equipamento administrativo	888.752,60		42.994,95		158.316,70	773.430,85
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	2.672.814,37		548.487,22		11.770,64	3.209.530,95
Imobilizações em curso	7.500.479,56		2.397.174,58		2.357.345,27	7.540.308,87
Adiant. por conta de imobilizações corpóreas						
	92.855.940,96	0,00	5.446.304,11	148.651,75	2.755.423,10	95.398.170,22
De investimentos financeiros						
Partes de capital	2.294.338,66		160.455,00			2.454.793,66
Obrigações e títulos de participação						
Investimentos em imóveis:	617.842,15					617.842,15
Outras aplicações financeiras:						
Depósitos em Instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Imobilizações em curso						
Adiant. por conta de investimentos financeiros						
	2.912.180,81	0,00	160.455,00	0,00	0,00	3.072.635,81

2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado

Não foram efetuadas reavaliações porque não existem normas que as autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização, nos termos mencionados no ponto 4.1.11 do POCAL.

2.12 Valor global, relativamente às imobilizações corpóreas de:

- Imobilizações em poder de terceiros
- Imobilizações reversíveis
-

Nº Inventário	Descrição do Bem	Valor patrimonial	Situação
786	ESCOLA PRIMARIA DE ESTREMADOURO - LOUREDO	39.041,07	CED
796	ESCOLA PRIMARIA DE BUSTELO DE CIMA - BUSTELO	39.445,23	CED
805	ESCOLA PRIMARIA DA BOAVISTA - GATAO	41.731,89	CED
808	JARDIM DE INFANCIA DA MADALENA	38.348,29	CED
811	ESCOLA PRIMARIA DA TORRE - OLO	50.273,30	CED
842	ESCOLA PRIMARIA DA FEITORIA - MADALENA	42.391,81	CED
1147	ESCOLA PRIMARIA DE CARVALHO DE REI	24.254,99	CED
2238	QUINTA DAS FONTAINHAS DE BAIXO - FRIDAO	199.519,16	CED
2154	FRACCAO "AB" EDIF. SALTO - S. GONCALO	40.886,40	CED
2155	FRACCAO "AC" EDIF. SALTO - S. GONCALO	40.886,40	CED
2212	CENTRO CULTURAL DE AMARANTE-ANTIGA CADEIA DA COMARCA	1.571.119,09	CED
2216	CASA DA JUVENTUDE - CEPELOS	1.311.248,66	CED
2217	ESCOLA PRIMARIA DE MANHUE 1 - MANCELOS	62.363,14	CED
2603	TERRENO NA BAZEIRA	17.058,89	CED
2618	ESCOLA PRIMARIA DA SERRA - CHAPA	19.182,91	CED
2498	TERRENO, "QUINTA DE VINHAIS"	49.630,39	CED
2617	ESCOLA PRIMARIA DO OUTEIRO - CARNEIRO	48.092,91	CED
2622	ESCOLA PRIMARIA DA IGREJA - VILA GARCIA	38.267,94	CED
2624	ESCOLA PRIMARIA DA FONTE - TRAVANCA	69.098,56	CED
5036	ESCOLA PRIMARIA DE MURGIDO - CANDEMIL	73.727,47	CED
5058	ESCOLA PRIMARIA DE SUBACELO/ FREIXO DE BAIXO	122.201,26	CED
3506	TERRRENO DO NOVO PARQUE DE CAMPISMO	15.971,15	CONC
3507	PARQUE DE CAMPISMO	113.303,61	CONC
3968	ESCOLA PRIMARIA DO ASSENTO - GATAO	60.906,79	CED
4870	ESCOLA PRIMARIA DO PACO - VILA CHA DO MARAO	59.941,73	CED
4873	TERRENO DA ESCOLA PRIMARIA DO ALTO DA LIXA - FREIXO DE CIMA	43.131,05	CED
4874	ESCOLA PRIMARA DO ALTO DA LIXA	57.744,68	CED
9631	ESCOLA PRIMARIA DA PORTELA-ABOIM	35.629,12	CED
9633	ESCOLA PRIMARIA DE CHEDAS-GONDAR	47.735,03	CED
9635	ESCOLA PRIMARIA DE OVELHINHA-GONDAR	35.962,75	CED
9832	ESCOLA PRIMARIA DA ESTRADINHA - TELOES	54.328,18	CED
9833	ESCOLA PRIMARIA DO PENEDO - TELOES	42.760,91	CED
11936	ESCOLA PRIMARIA DE BOAVISTA N.1-MANCELOS	40.497,31	CED
11956	ESCOLA PRIMARIA DE CAMPO VILAR - SANCHE	43.871,19	CED
11957	ESCOLA PRIMARIA DE LAMACEIRO - TELOES	39.166,47	CED
11959	ESCOLA PRIMARIA DE TODEIA - TELOES	77.820,92	CED
11978	ESCOLA PRIMARIA DE RIBEIRA - VILA CHA	60.746,04	CED
12025	CASA ABRIGO DO PARQUE DE CAMPISMO VELHO	9.039,59	CED
12140	TERRENO LOTE N.2 DO ALVARA DE LOT. N.12/91	23.792,66	CED
12142	TERRENO LOTE N.8 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE	465,78	CED
12143	TERRENO LOTE N.7 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	466,83	CED
12146	TERRENO LOTE N.4 DO ALVARA DE LOT. N.12/91 - TELOES	49.879,79	CED
12147	TERRENO LOTE N.5 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	477,65	CED
12149	TERRENO LOTE N.1 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	1.892,44	CED
12246	TERRENO LOTE N.2 DA BOUCA DO POMBAL CEDIDO A CERCIMARANTE - S. GONCALO	69.831,71	CED

Nº Inventário	Descrição do Bem	Valor patrimonial	Situação
12247	TERRENO COM 1960M2 NO LUGAR DE OUTEIRO - LOUREDO	1.247,00	CED
12266	TERRENO COM 1310M2 NO LUGAR DE OUTEIRO - LOUREDO	1.247,00	CED
11898	ESCOLA PRIMARIA DA PEOVA - ANSIAES	47.012,40	CED
11902	ESCOLA PRIMARIA DE TRAVANCA DO MONTE - BUSTELO	25.310,83	CED
11915	ESCOLA PRIMARIA DO ASSENTO - FIGUEIRO SANTIAGO	66.877,40	CED
12280	TERRENO COM A AREA DE 2290M2 SITO NO LUGAR DE OUTEIRO - LOUREDO	1.713,37	CED
12281	TERRENO COM A AREA DE 1110M2 SITO NO LUGAR DA BOUCA DA CRUZ - LOUREDO	1.354,24	CED
12285	TERRENO LOTE N.1 DO ALVARA DE LOT.12/91 - TELOES	21.697,71	CED
17871	TERRENO LOTE N.3 DA BOUCA DO POMBAL	46.590,22	CED
17872	TERRENO LOTE N.4 DA BOUCA DO POMBAL	48.034,24	CED
17873	TERRENO LOTE N.5 DA BOUCA DO POMBAL	42.781,90	CED
21733	FRACÇÃO H DA CHENTUADA N. POLICIA 8	10.656,40	CED
21739	FRACÇÃO G DA CHENTUADA N. POLICIA 9	6.660,22	CED
21803	FRACÇÃO B DA BOUÇA DO POMBAL	61.245,12	CED
21804	FRACÇÃO I DA BOUÇA DO POMBAL	61.205,44	CED
21805	FRACÇÃO P DA BOUÇA DO POMBAL	86.829,97	CED
22186	TERRENO LOTE N.4 DA ZONA INDUSTRIAL DE CARIDO	37.053,74	CED
27733	TERRENO - PARCELA DO LOTEAMENTO 23/98 - GONDAR	63.810,00	CED
30364	TERRENO LOTE N.1 DA BOUÇA DO POMBAL	51.013,47	CED
30731	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÓES	293.070,07	CED
30733	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÓES	11.714,23	CED
30735	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÓES	3.126,04	CED
30737	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÓES	17.089,66	CED
30791	CENTRO INTERPRETATIVO E CULTURAL DO MARÃO - ABOADELA	93.164,84	CED
33319	TERRENO RUSTICO DENOM.BOUÇA NOVA OU BOUÇA DA PEREIRA-TELÓES	25.158,52	CED
33321	TERRENO RUSTICO DENOM.LEIRA DA COMPRA DE FORA-TELÓES	39.292,52	CED
33322	TERRENO RUSTICO DENOM.LEIRA DA COMPRA DE DENTRO-TELÓES	35.548,96	CED

2.13 Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos

Designação do Bem	Custo de Aquisição	Valor Contabilístico
Autocarro Volvo	250.944,47	132.065,47
Citroen C6	62.691,08	37.787,16
Citroen Jumper	36.943,41	29.554,73
Toyota	75.645,00	60.515,99

No final do ano de 2013, o valor total dos contratos em regime de locação financeira referente a diversas viaturas ascendia a 416.124 euros e o capital em dívida era de 68.349 euros.

Nº Contrato	Designação	Entidade Locadora	Datas do Contrato		Nº de Rendas		Valor de aquisição do bem c/ IVA	Valor Residual	Capital em dívida a 31/12/2013
			Inicio	Fim	Pagas	Em falta			
352750	Autocarro Volvo B12B. Matrícula 38-HZ-66	Caixa Leasing e Factoring	10-12-2009	10-09-2013	16	0	240.845,00	10.099,47	0,00
400093554	Vatura Presidência Citroen C6 2.2 Hdi Exclusive cx automática. Matrícula 75-IS-01	Banco Comercial Português, SA - 501 525 882	01-06-2010	01-03-2014	15	1	62.691,08	1.253,82	6.418,73
198708	Citroen Jumper 2.2 HDI 33 L3H2 Vidrado Matrícula: 12-MO-71	Santander, Leasing	15-05-2012	15-02-2016	7	9	36.943,41	738,87	22.015,30
198819	Toyota Dyna DY L CL 75,34 Matrícula: 52-MN-40	Santander, Leasing	16-02-2012	15-01-2016	8	8	75.645,00	1.512,90	39.914,65
TOTAL							416.124,49	13.605,06	68.348,68

2.14 Indicação dos bens de immobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das respectivas razões

Bem	Justificação da não valorização
Edifício do Solar dos Magalhães	Avançado estado de degradação e desconhecimento do seu custo de aquisição
Bens classificados como: "Obras de arte; móveis antigos; coleções e antiguidades"	Dificuldade de avaliação dada a natureza subjetiva dos bens

2.15 Indicações dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões

Os bens de domínio público considerados nas demonstrações financeiras dizem apenas respeito aos resultantes de empreitadas e aquisições de terrenos posteriores ao ano de 2003.

2.16 Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios

Entidade	Sede	Parcela detida (Euros)	Capitais próprios em 31/12/2013 (Euros)	Resultado exercício 2013 (Euros)
Camagi-Mataduro Reg. Vale Sousa e Baixo Tâmega	Penedo	138.510,00	8.181.789,76	(807,76)
Agência Desenvolvimento Regional Entre Douro e Tâmega	Amarante	45.370,66	*	*
RESINORTE	Oitão de Basto	244.470,00	11.194.026,00	1.508.975,00
Parques do EDT	Amarante	100.000,00	*	*
Enredo Profissional do Entre Douro e Tâmega, SA	Amarante	622.862,00	400.930,81	(49.274,86)
Águas do Nordeste, SA	Bardos	341.240,00	55.410.141,43	98.823,56
Águas Douro Póvoa	Póvoa	624.000,00	29.314.828,47	228.088,09

* Até à data não foram aprovadas as contas referentes ao ano económico de 2013.

2.17 Relativamente aos elementos incluídos nas contas «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria», indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço

O Município de Amarante não possui «Títulos negociáveis» nem elementos suscetíveis de serem incluídos na rubrica «Outras aplicações de tesouraria».

2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do ano era de 683.577 euros.

2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora

As dívidas da Autarquia para com o Estado encontram-se dentro dos prazos legais para pagamento sem quaisquer encargos adicionais.

2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança:

Contas de Ordem

Designação das contas	Saldo da Gerência anterior		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e cauções		2.109.157,85		1.971.374,91
Recibos para cobrança		613.996,29		683.576,63

2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Cód. das Contas	Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões cobranças duvidosas	521.944,50	51.085,74		573.030,24

2.28 Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 - Fundo Patrimonial, constantes do balanço

Os Fundos Próprios em 31/12/2013 apresentavam o montante de 96.498.299 euros, sendo que 1.182.003 euros diziam respeito ao Resultado Líquido do Exercício e 88.999.077 euros à rubrica do Património.

2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	61.392,78
Compras	1.041.120,17
Existências finais	55.574,56
Custos no exercício	1.046.938,39

2.31 Demonstração dos resultados financeiros

Cód. Contas	Custos e perdas	Exercícios		Cód. Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
681	Juros suportados	206.940,49	246.023,21	781	Juros obtidos	12.020,31	10.768,71
683	Amortizações de investimentos em imóveis	6.320,48	6.320,48	782	Ganhos em entidades participadas	68.764,80	
688	Outros custos e perdas financeiros	14.410,58	21.572,28	786	Descontos de p.p. obtidos	1.233,18	
TOTAL		227.680,55	273.915,97	TOTAL		82.018,29	10.768,71

2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

Cód. Contas	Custos e perdas	Exercícios		Cód. Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências capital concedidas	1.841.707,42	1.354.806,43	791	Restituição de impostos	60.061,66	6.352,22
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências	41,05	358,80
694	Perdas em imobilizações	166.893,65	43.080,26	794	Ganhos em imobilizações	98.088,14	155.481,00
695	Multas e penalidades			795	Benefícios de penalidades contratuais	27.204,75	32.012,36
697	Correções relativas a exercícios anteriores	3.708,95	15.540,64	797	Correções relativas a exercícios anteriores	13.288,84	15.990,65
698	Outros custos e perdas extraordinários	14.549,30	57.023,09	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	311.255,45	314.807,28
TOTAL		2.026.859,32	1.470.450,42	TOTAL		509.937,89	525.002,31

2.33 Outras informações adicionais:

Indicadores financeiros mais significativos:

Indicadores Financeiros

Resultados	2011	2012	2013
Operacionais	3.985.779,28	3.330.467,01	2.844.586,79
Financeiros	-226.207,34	-263.147,26	-145.662,26
Correntes	3.759.571,94	3.067.319,75	2.698.924,53
Extraordinários	-1.191.655,03	-945.448,11	-1.516.921,43
Líquidos do exercício	2.567.916,91	2.121.871,64	1.182.003,10

Resultados Operacionais:

- o conjunto dos proveitos operacionais, que em 2013 representou cerca de 97% dos proveitos globais do Município, está fortemente condicionado pela evolução dos impostos e taxas (imposto municipal sobre imóveis, imposto sobre veículos, imposto municipal sobre transmissões onerosas de bens e taxas e loteamentos), das vendas e prestação de serviços e das transferência e subsídios obtidos;
- nos custos operacionais, que representam 91% dos custos totais, salientam-se os inerentes ao pessoal, os fornecimentos e serviços externos, as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais e as amortizações do exercício;

Resultados Financeiros:

- em 2013, os resultados financeiros apresentam um valor negativo de 145.662 euros. Os proveitos financeiros, que incluem juros obtidos de depósitos à ordem, juros de depósitos a prazo, ganhos em entidades participadas e descontos de pronto pagamento obtidos registaram o valor de 82.018 euros, e revelaram-se insuficientes para cobrir os custos financeiros, no valor de 227.681 euros;

Resultados Extraordinários:

- os resultados extraordinários apresentam um valor negativo de 1.516.921 euros; nos custos extraordinários que ascenderam a 2.026.859 euros, as componentes que mais sobressaíram foram as relativas a transferências de capital para as Freguesias e Associações Municipais e as indemnizações pagas;

- Relativamente aos proveitos extraordinários, que atingiram 509.938 euros, evidenciaram-se os ganhos em imobilizações, benefícios de penalidades contratuais e as transferências de capital.

Rácios de Rendibilidade:

Rácios	2011	2012	2013
Rendibilidade dos capitais próprios	2,8%	2,2%	1,2%
Rendibilidade dos capitais totais	2,5%	2,0%	1,1%
Rendibilidade do ativo total	2,2%	1,7%	0,9%
Rendibilidade do ativo fixo	2,3%	1,8%	1,0%
Rendibilidade das vendas e prest. serv.	53,8%	43,4%	24,2%
Rendibilidade dos investimentos	3,4%	2,7%	2,3%

A taxa de rendibilidade dos capitais próprios, que corresponde à aptidão da entidade para libertar meios financeiros que assegurem não só a renovação dos instrumentos de produção, como também o seu crescimento e a remuneração dos capitais do Município, apresenta valor positivo.

Por seu turno, todas as outras rendibilidades seguem esta tendência positiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta a análise traçada das atividades, da execução orçamental e da situação patrimonial da Câmara Municipal referente ao ano de 2013, devidamente enquadrada pelas inúmeras limitações financeiras, económicas e técnicas com que se deparou ao longo do ano, bem como ao facto de todos os indicadores legais e obrigatórios terem sido cumpridos e os objetivos a que o Executivo se propôs terem sido globalmente conseguidos, julgo estarem reunidas as condições objetivas para que estes documentos sejam apreciados favoravelmente.

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Dispõe ainda aquela norma que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 "Reservas legais", no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício e que é obrigatório o

F. J. V. Ferreira

J. M. S. G. C.
M. A. F. G. C.
M. A. F. G. C.

reforço do património até que o valor contabilístico da conta Património corresponda a 20% do Ativo Líquido.

Nesta conformidade, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício tenha a aplicação mencionada no quadro seguinte.

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	
Resultado Líquido	1.182.003,10
Reservas Legais	59.100,15
Património	1.122.902,95

Paços do Município de Amarante, 14 de abril de 2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

José Luís Gaspar Jorge



**PROPOSTA
APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Nos termos do ponto 2.7.3 – *Resultado Líquido do Exercício* do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro – POCAL, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Para cumprimento do referido disposto proponho que, o montante de 1.182.003,10 euros seja aplicado da seguinte forma:

- 5% para a conta 571 - Reservas legais; 59.100,15 euros
- o restante para a conta 51 – Património: 1.122.902,95 euros.

Paços do Município de Amarante, 14 de abril de 2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA,


José Luís Gaspar Jorge

